

BAHIA

POLÊMICAS EM TEMPO DE CORONAVIRUS

(POLÊMICAS QUE VALEM A PENA) E, MAIS EXEMPLOS DE ESPERTEZA:

FÉRIAS - PATRÃO EMBOLSA TUDO E PAGA QUEBRADO AO VIGILANTE



Vigilantes da Guardesecure, Interforte e outras empresas já vem denunciando há uns 30 dias (rápido no gatilho – logo que foi publicada a MP) que as empresas estão concedendo gozo de férias sem pagamento ou faltando parte da remuneração correspondente.

Nesta semana o alerta veio de colegas da MAP que se perguntam dos mais de 500 reais que está faltando remuneração de férias já depositada, se comparado ao valor recebido no ano passado.

Questionada, a única resposta dos prepostos da empresa é: “a lei, o direito da empresa”. Mas que lei? Não falam, não dizem. E o direito do

trabalhador.

A tal lei, a misteriosa lei é a famigerada Medida Provisória – MP 927 (de 22 março) que, na calamidade pública deu de presente para as empresas o direito de “quebrar” parte das férias do trabalhador (o terço ou prêmio de férias) e o prazo para pagar esta parcela somente em 20 de dezembro.

Entretanto, para as empresas de prestação de serviços ou de terceirização este dinheiro (férias, terço ou prêmio), já foi embolsado pelo patrão, mês a mês, na fatura, independente de pandemia.

Mas a pandemia, a calamidade para muitos destes donos de empresa é a oportunidade de ganhar mais, de fazer caixa com o dinheiro do trabalhador.

Pura esperteza!

Colega, junte seu recibo de férias, seu extrato bancário. Junte provas pois vai ter luta! Luta contra a esperteza.

Combater a esperteza e sonhar nas palavras do poeta Thiago de Mello:

Fica estabelecida, durante dez séculos,
a prática sonhada pelo profeta Isaías,
e o lobo e o cordeiro pastarão juntos
e a comida de ambos terá o mesmo gosto de
aurora. (Os Estatutos do Homem)

José Boaventura Santos
Presidente da CNTV

Obrigatoriedade de uso de máscaras para atendimento ao público, aprovam distritais



A Câmara Legislativa aprovou, nesta quarta-feira (22), projeto de lei, do deputado Chico Vigilante (PT) que obriga o uso e fornecimento de máscaras para servidores de estabelecimentos públicos, indústrias e dos meios de transporte públicos e privados para conter a disseminação do coronavírus.

“O objetivo é assegurar medidas de proteção aos trabalhadores que prestam atendimento ao público”, justifica o autor do projeto. “A combinação do uso de máscara de proteção associada à higiene instantânea das mãos pode retardar a propagação exponencial do vírus, principalmente por quem não apresenta sintomas”, continua.

Outro projeto de lei do Poder Executivo que prevê mudança na gratificação de militares que atuam na Secretaria de Segurança Pública, também foi aprovado pelos distritais. A mudança não traz aumento de despesa, mas

permite ao GDF reorganizar a vinculação de patentes ao cargos.

As proposições precisam de sanção do governador Ibaneis Rocha (MDB) para valer.

CNH Gratuita

Em primeiro turno, os deputados aprovaram também projeto de lei do Executivo que permite a criação de programa para oferecer Carteira Nacional de Habilitação (CNH) gratuitamente para brasilienses de baixa renda.

A intenção é beneficiar estudantes e cidadão da capital que façam parte do Cadastro Único de benefícios sociais do governo federal. Será preciso comprovar mais de dois anos de residência no Distrito Federal.

O Detran-DF será o responsável para aplicar a iniciativa. Agora, para entrar em vigor, só falta a sanção do governador Ibaneis Rocha (MDB).

FONTE: Blog Edgar Lisboa

Caixa amplia o horário de atendimento em mais de 1.100 agências

Bancários pedem para população evitar ida às agências, quando não essencial, e cobram proteção aos empregados e mais esclarecimentos aos beneficiados



A Caixa ampliou em duas horas o atendimento de 1.102 agências a partir de quarta-feira (22). As unidades abrirão para o público, de 8h às 14h, apenas para serviços essenciais e a entrada da população nas agências também será controlada.

Nas horas a mais de funcionamento, a população poderá realizar apenas os serviços essenciais, como saques sem o cartão e cadastrar a senha do INSS, do Seguro Desemprego/Defeso, do Bolsa Família e outros benefícios sociais. Também está permitido o pagamento de Abono Salarial e FGTS sem cartão e senha, desbloqueio de cartão e senha de contas.

Mesmo com ampliação do atendimento pela Caixa, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) orienta a população a evitar filas e aglomerações nesse período de pandemia, priorizando os canais digitais de atendimento e cobra medidas mais efetivas para evitar as aglomerações nas agências. Uma das propostas são as campanhas de comunicação para informar a população quem tem direito ao auxílio emergencial pelos meios digitais, sem precisar ir à agência.

“A Caixa não pode deixar para os empregados essa responsabilidade que é do banco e do Governo Federal. Nossa preocupação é com a saúde dos trabalhadores e da população, garantindo o atendimento nos casos essenciais”, reforçou Fabiana Uehara Proscholdt, secretária da Cultura e representante da Contraf-CUT nas negociações com o banco.

De acordo com a Caixa, a entrada da população nas agências será controlada. Nas áreas dos terminais de autoatendimento, será permitido apenas um ou dois clientes, de acordo com o espaço disponível. A medida é para manter o distanciamento mínimo de um metro entre as pessoas.

Para chamar a atenção do governo federal para as aglomerações nas agências e o risco de exposição ao Covid-19 do trabalhador e da população, a Contraf-CUT enviou uma carta ao ministro da Saúde, Nelson Teich. No documento, a entidade também reivindica ampla campanha de conscientização da população no processo de pagamento do auxílio emergencial.

Orientada pela Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa), a Contraf-CUT também enviou uma carta para o presidente da Caixa, Pedro Guimarães cobrando civilidade, saúde e segurança nas unidades da Caixa e para o trabalho dos empregados. Ao todo, foram 13 reivindicações, entre elas a instituição do sistema de agendamento por telefone, plano de saúde para todos, organização de filas por profissionais especializados, antecipação do calendário de vacinação e EPI para os trabalhadores.

Mais informação para a população

A falta de informação mais direcionada à população sobre o auxílio emergencial segue sendo um fator de aumento das filas nas agências da Caixa. Muitas pessoas procuram as agências para tirar dúvidas sobre o cadastramento, confirmação do recebimento ou sobre o CPF.

Na última segunda-feira (20), a coordenação do Comando Nacional dos Bancários se reuniu com a Federação Nacional dos Bancos e o Ministério Público do Trabalho, com a presença da Caixa Econômica Federal, para debater, entre outras coisas, o atendimento nos bancos. Um dos temas do debate foram as filas e aglomerações das agências.

“A Caixa se comprometeu a intensificar as informações sobre o auxílio emergencial e a divulgação do canal de atendimento 111. Quem quer informação não precisa ir às agências, basta ligar nesta central”, afirmou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, que é uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários, ao ressaltar que o Ministério Público Federal, entrou com uma ação civil pública pedindo, inclusive, que a Caixa abra as agências aos sábados para atender essas pessoas.

Abertura no feriado e no sábado

Cerca de 700 agências, a maioria localizada nas regiões Norte e Nordeste do país, abriram na última terça-feira (21), feriado de Tiradentes. Estas unidades também funcionarão no próximo sábado (25), para atendimento de serviços sociais à população, saques sem o cartão e a senha do INSS, do Seguro Desemprego/Defeso, do Bolsa Família e outros benefícios sociais, da conta salário e o auxílio emergencial.

Retorno voluntário

Durante a transmissão de entrevista ao vivo nesta quarta-feira (22), a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira, disse que empregados dos Centros Administrativos da Caixa estão sendo chamados pra retornar ao trabalho. O banco está alegando

que se trata de retorno voluntário.

“Mandamos ofício para a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) pedindo negociação para discutir o tema. Nós não concordamos que a Caixa chame os empregados para retornar ao trabalho. Assim, como foi feito quando eles foram colocados em home office, o retorno também tem que ser negociado com o Comando. Não existe retorno voluntário”, disse a presidenta da Contraf-CUT. “Quem será responsável se aumentar o contágio ou óbitos de bancários? Orientamos os empregados e empregadas a não retornarem”, completou Juvandia.

Longas filas

Para o coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Dionísio Reis, o problema das longas filas nas agências da Caixa, com aglomerações e até tumultos, é culpa do governo, que centralizou todo o cadastramento na Caixa.

O coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Dionísio Reis, observa que existem milhões de pessoas que não têm acesso a celular; internet e TV, nem são bancarizadas. “Isso torna impossível de elas se cadastrarem da forma proposta. O banco também tem culpa, pois criou um canal de atendimento que não funciona e o 0800 tampouco dá conta. São filas de espera enormes, daí que as pessoas acabam indo pras agências”, criticou. “Enquanto isso, aumenta o número de mortes em todos os estados. Não podemos permitir que continue as aglomerações. A necessidade de isolamento social permanece”, disse.

A coordenação do Comando cobrou da Caixa o pagamento das horas extras e o banco informou que serão pagas.

Confira aqui a lista das agências que abrirão mais cedo

https://contrafcut.com.br/wp-content/uploads/2020/04/caixa_agencias_horario_08h_14h_a_partir_22_abr_2020.pdf?x18709

Fonte: CONTRAF

Tribunal do Trabalho diz que redução de jornada e salário é válida

Presidente do TST diz que regra precisa preservar o salário-hora dos funcionários e que norma para acordos individuais “está bem definida”



Peduzzi diz que MP 936 é válida

A presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), Maria Cristina Peduzzi, afirmou que a redução proporcional de jornada e salários, preservando o salário-hora, como prevê a MP (Medida Provisória) 936, é válida. Em sua avaliação, o acordo coletivo é sempre o instrumento mais adequado em negociações entre empresas e trabalhadores, mas, no caso da crise do coronavírus, a validade dos acordos individuais “está bem definida”.

“Minha leitura é de que o STF (Supremo Tribunal Federal), ao não referendar a liminar, afirmou a viabilidade e a constitucionalidade da medida provisória. Eu endosso e nem poderia fazer em sentido contrário. Mas já pensava dessa forma. O salário já é pactuado em jornada de 8 horas por dia e 44 horas semanais. Se houver redução do trabalho, com

proporcional redução do salário, preservado o salário-hora, não há o que se falar em alteração contratual”, disse, em live da AASP (Associação dos Advogados de São Paulo).

A MP estabelece a possibilidade de acordo individual para trabalhadores que ganham até três salários mínimos ou acima de R\$ 12.202, ou para qualquer faixa salarial se a redução proposta for de até 25% da jornada e do salário.

A presidente do TST lembrou que a situação vivida com a crise do coronavírus não é de normalidade, e que recomenda a adoção de medidas que preservem o emprego. “Se houver a possibilidade de negociação coletiva, de acordo coletivo de trabalho, vai se sobrepor ao acordo individual”, lembra.

Fonte: Estadão

Bolsonaro veta dispensa de atestado durante quarentena e expõe trabalhadores

Autor do projeto, Padilha criticou o governo e disse que acabou de protocolar outro PL com os termos técnicos que, segundo o Planalto, não estavam corretos na proposta aprovada



O Projeto de Lei (PL) 702/20, que dispensava trabalhadoras e trabalhadores infectados pelo novo coronavírus de apresentar atestado médico durante a pandemia, foi integralmente vetado por Jair Bolsonaro. O veto foi publicado na edição desta quinta-feira (23) no Diário Oficial da União (DOU).

A proposta do deputado Alexandre Padilha (PT-SP), médico infectologista e ex-ministro da Saúde, aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, protegia o trabalhador doente e também os colegas de trabalho que poderiam contrair a doença se entrassem em contato com um infectado, além de reduzir a busca por atestados nos serviços públicos de saúde.

Padilha reagiu indignado ao veto ao

projeto, que não foi contestado pelo governo em nenhum momento durante a tramitação nas duas Casas Legislativas, o que, mostra que Bolsonaro não se preocupa com a classe trabalhadora, afirmou.

“Mais uma vez Bolsonaro provou que é rápido para resolver o problema dos banqueiros e lento para resolver o problema dos trabalhadores e das trabalhadoras e do serviço de saúde”, disse Padilha que complementou: Durante toda a tramitação do projeto, o governo Bolsonaro teve oportunidade de fazer ajustes no Plenário da Câmara, mas não o fez.

“Mas a luta continua e se o argumento para o veto é o de que precisa de novos termos técnicos, acabei de protocolar de imediato

um Projeto de Lei com os termos técnicos solicitados e vamos trabalhar para aprovação com urgência na Câmara e no Senado”, disse Padilha se referindo a justificativa do governo para vetar a proposta.

Os trabalhadores que estão sofrendo com essa irresponsabilidade do governo Bolsonaro em relação a pandemia do coronavírus e os servidores da saúde que sofrem porque, muitas vezes, há aglomeração e filas apenas para buscar atestado médico merecem a nossa luta e a aprovação deste projeto.- Alexandre Padilha

Vetou por que?

Na justificativa ao veto, Bolsonaro ignorou completamente a proteção à saúde dos trabalhadores, alegando que a proposta tem redação imprecisa, pois trata como quarentena (restrição de atividades de pessoa suspeita de contaminação) o que juridicamente é isolamento (separação de pessoa doente ou contaminada).

Os conceitos de quarentena e isolamento estão presentes na lei que prevê as medidas para enfrentamento do novo coronavírus (Lei

13.979/20) e na portaria do Ministério da Saúde que regulamentou a lei.

“O projeto legislativo carece de precisão e clareza em seus termos, não ensejando a perfeita compreensão do conteúdo e alcance que o legislador pretende dar à norma”, disse Bolsonaro na justificativa ao veto. Ele afirmou ainda que seguiu orientação do Ministério da Saúde.

Benefício para o trabalhador

O PL de Padilha prevê que o trabalhador infectado, em isolamento com sintomas da doença, é isento de apresentar atestado médico à empresa para justificar a falta durante os primeiros sete dias. A ideia é que, ao sentir os sintomas, o trabalhador fique em casa, isolado, sem procurar de imediato o Sistema Único de Saúde (SUS) em busca de atestado médico, correndo o risco de se contaminar, se não fosse Covid-19 ou contaminar outras pessoas.

Pela proposta, o trabalhador pode apresentar um formato eletrônico de atestado, que deve ser implantado pelo Ministério da Saúde ou ainda de documento da unidade de saúde do SUS..

Fonte: CUT

Durante a pandemia da Covid-19, auxílio-doença vai ser de apenas um salário mínimo

Portaria do governo federal adia perícia médica por quatro meses. Com isso, quem ficar doente ou tiver um acidente de trabalho, durante a pandemia, só receberá um salário mínimo, até passar pela perícia



Sob o pretexto de garantir atendimento aos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) durante a quarentena para reduzir a disseminação do novo coronavírus (Covid-19), o governo de Jair Bolsonaro publicou uma Portaria na última segunda-feira (20) criando um novo serviço para que os trabalhadores e

trabalhadoras façam acertos na marcação de perícia médica.

Mas, como tudo que este governo faz tem sempre uma pegadinha que prejudica o trabalhador, a Portaria adia a perícia médica pelos próximos quatro meses. Com isso, um trabalhador que precisar do auxílio-doença por ter, por exemplo, quebrado a perna no exercício da sua profissão e ficar mais de 15 dias afastado do trabalho (que é o período que a empresa ainda paga o salário), terá sua perícia médica marcada após 120 dias. Até lá, esse trabalhador vai receber apenas um salário mínimo (R\$ 1.045,00) de auxílio-doença, mesmo que tenha direito a um valor maior.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e da Previdência Social do Estado de São Paulo (SINSSP), Pedro Luis Totty, conta que os servidores do INSS já receberam orientação da direção do INSS sobre como proceder quando o trabalhador ligar no número 135 para agendar a sua perícia.

“A pessoa vai dar entrada lá no ‘meu INSS’, colocando o atestado, o documento. O médico vai fazer uma pré-análise disso e validar o afastamento. O trabalhador vai receber adiantado esse salário mínimo. Depois, lá na frente, no dia do agendamento, daqui 120 dias, o beneficiário leva os exames e documentos para fazer a perícia médica”, explica Pedro.

O dirigente alerta que a portaria não esclarece um fato muito importante: se o trabalhador tiver invalidado o pedido de auxílio pelo médico perito depois desses 120 dias vai ter ou não de reembolsar o governo pelo benefício recebido.

De acordo com a Portaria, somente quem precisa agendar uma remarcação pelo fim do

prazo de recebimento do benefício continuará recebendo o auxílio-doença até o atendimento dos peritos voltar a ser presencial, como mostra a imagem abaixo. A coluna à esquerda, AX1 explica como será o atendimento ao trabalhador que solicitar a primeira perícia. A coluna PP é o “pedido de prorrogação” do auxílio.



CENTRAL 135		AÇÃO DO OPERADOR	ORIENTAÇÃO AO CIDADÃO
AX1	MARCAÇÃO	Agendar normalmente. A agenda, porém, estará para a partir de 120 dias, considerando que o atendimento presencial está suspenso. <i>Se não for possível agendar, criar requerimento do serviço "ACERTOS PARA MARCAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA".</i>	Aguardar a data agendada. Acompanhar pelos canais remotos a data para a qual será agendada a perícia.
	REMARCAÇÃO	Apenas orientar o cidadão.	Aguardar que seja realizada exigência para apresentação de documentos pelo Meu INSS.
PP	MARCAÇÃO	Agendar normalmente. A agenda, porém, estará para a partir de 120 dias, considerando que o atendimento presencial está suspenso. <i>Se não for possível agendar, criar requerimento do serviço "ACERTOS PARA MARCAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA".</i>	Aguardar a data agendada, lembrando que o benefício continua sendo pago normalmente até a data da perícia. Acompanhar pelos canais remotos a data para a qual será agendada a perícia, lembrando que o benefício continua sendo pago normalmente até a data da perícia.
	REMARCAÇÃO	Aguarda definição.	Retornar a ligação após 5 dias.

Embora entenda a necessidade do perito médico ficar em quarentena, por questão de segurança à sua saúde e à do trabalhador, a medida deixa desamparado quem mais precisa, critica Pedro. Para ele, o governo deveria aprovar o valor que o trabalhador teria direito e depois verificar uma forma de reaver aos cofres públicos, caso houvesse alguma irregularidade.

“Apesar de receber os atrasados do INSS, após a perícia aprovar o auxílio, até lá o trabalhador vai ter de sobreviver com o mínimo”, diz.

FONTE: RBA

Bolsonaro aumenta em 12x limite de munições da população

Nova portaria publicada nesta quinta-feira possibilita a compra de até 6 mil munições por ano



Presidente da República Jair Bolsonaro usa arma durante viagem oficial a Israel

Foto: Reprodução/Instagram Jair Bolsonaro / Estádio Conteúdo

O governo do presidente Jair Bolsonaro aumentou nesta quinta-feira, 23, pela segunda vez em 2020, a quantidade de munições de armas de fogo a que cada pessoa pode ter acesso. Desde quando Bolsonaro assumiu a Presidência, este limite cresceu 12 vezes, segundo cálculos do Instituto Sou Da Paz, passando de 50 para 600 munições por arma, por ano, para cada civil.

A nova portaria é assinada pelos ministros Sérgio Moro, da Justiça, e Fernando Azevedo e

Silva, da Defesa. Segundo as contas do Sou da Paz, com a modificação, o número de projéteis comprados por uma pessoa, no ano, pode ultrapassar 6 mil - levando em conta que cada um pode comprar mais de uma arma e de calibres diferentes.

“Houve essa modificação em janeiro, que passou para 200 munições nenhuma justificativa. E, agora, menos de quatro meses depois, uma nova alteração sempre para aumentar essas quantidades”, diz Bruno

Langeani, um dos coordenadores do instituto.

O decreto foi publicado uma semana após Bolsonaro mandar suspender portarias do Exército que, na visão de especialistas, dificultavam a aquisição pelo crime organizado de munições desviadas de quartéis. “O que mais assusta é que a gente acabou de ver o presidente revogando medidas que facilitariam marcação e rastreamento de desvios. Se o presidente quer seguir aumentando o número de armas e munições, seria esperado pelo menos que houvesse uma contrapartida em termos de controle. O que não está acontecendo”, completa Langeani.

Antes de Bolsonaro chegar ao governo, o número de munições adquiridas por ano era de 50, por arma, para civil. Passou para 200 em janeiro de 2019 e agora para 600.

O decreto publicado hoje autoriza civis a adquirir ou portar até 300 unidades de munição esportiva calibre .22; até 200 unidades de munição de caça e esportiva nos calibres 12, 16, 20, 24, 28, 32, 36 e 9.1mm; e até 50 unidades das demais munições de calibre permitido.

Como noticiou o jornal O Estado de S. Paulo na semana passada, o Exército vem sendo pressionado pelo Ministério Público Federal (MPF) a deixar mais rígidas as regras de rastreamento de armas e munições. Há quase dois anos, setores do setor de logística da Força, em parceria com o Ministério da Justiça, montaram um comitê para discutir o aperfeiçoamento do sistema.

Para o coordenador do Sou Da Paz, o governo tem ido na contramão do que recomenda o MPF, ao afrouxar as normas, beneficiando dessa forma setores corruptos de forças policiais e,

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

consequentemente, o crime organizado.

“E o que mais assusta é que, num momento em que todos os países estão concentrados numa resposta à pandemia, você tenha esses agentes públicos, ministro da Justiça e da Defesa, preocupados em aumentar o número de munições em circulação num país que é campeão em mortes por armas de fogo. Lembrando que o o presidente aumentou em quatro vezes a potência de armas que as pessoas podem ter em casa”, alerta.

O Instituto Sou da Paz, um dos mais respeitados do País na área de combate à violência, divulgou uma nota pública de repúdio. Disse que a portaria de hoje vai “facilitar de forma irresponsável e descontrolada a compra de munições por cidadãos.

O instituto avalia que, em um país com aproximadamente 50 mil mortes cometidas com armas de fogo por ano e que atravessa uma pandemia que já tirou a vida de quase 3 mil brasileiros, a medida é um ato completamente descolado da realidade, das evidências científicas e também das prioridades da maioria da população que se posiciona contrária à ampliação do acesso a armas. O Governo Federal deveria neste momento concentrar todos os seus esforços na luta contra a pandemia do coronavírus e não agradar a indústria de munições e grupos minoritários que advogam pelo total descontrole da política de armas”, diz.

Procurados, os ministérios da Defesa e da Justiça não se manifestaram até a publicação da notícia.

Fonte: Terra

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF